

Os achicunda da África oriental portuguesa: escravos-guerreiros a serviço da administração colonial e dos senhores dos prazos da Coroa, entrelaçados e imprescindíveis à existência da *sociedade mozungo*¹.

Marly Spacachieri^{2*}

Na Berna da floresta, Zero Madzero perfilou-se militarmente, bateu três vezes com os pés no chão e, num gesto ríspido, projectou a mão de encontro à cabeça. Ficou assim imóvel, mais rígido que pau de cimbirre, como se esperasse uma voz de comando. Foi a mulher que o descomandou:

- Que se passa, marido, mordeu-lhe algum bicho?

- Não vê que estou a fazer kukwenga?

- Fazer o quê?

- Faço continência.

Estava saudando os sepultados, os que o antecederam. Ele era um Chikunda, descendente de soldados e caçadores. Os Achikunda cumprimentavam-se assim, de forma marcial, para se distinguirem dos outros povos, que eles tinham por efeminados por não caçarem e nem guerrearem. (COUTO, 2006:34)

Quando da chegada dos portugueses no Índico,

deu-se o início a apropriação, nos anos Quinhentos, das terras africanas na banda oriental, donde origem à nomeação, da qual me valho ao longo desta apresentação, para África oriental portuguesa. Contudo, a Coroa não se mostrou com o mesmo empenho com o qual agiu nas demais colônias do lado atlântico e, posteriormente, nas terras do Novo Mundo. A África oriental mostrou-se aos exploradores chegados como território de proporções consideráveis e gerador de imensas dificuldades para acessos e permanências de povos ocidentais, notadamente os portugueses. As costas do continente na orla índica eram regidas pelas monções que se não observadas com cuidado retinham os navios e seus homens por mais de seis meses, causando prejuízos nos negócios, degeneração das embarcações e até mesmo mortes dos tripulantes. Local esse que

¹ O termo *mozungo* foi utilizado pelo capitão do exército português João de Azevedo Coutinho nos meados do século XIX para designar homens das famílias mestiças, líderes de milícias especiais e de guerreiros e até mesmo para outras *gentes* da região da África oriental portuguesa: COUTINHO, 1941.

² *USP-FFLCH-DH – Mestre - PPG-História Social

contava com a presença de muçulmanos árabes, indianos e outros forasteiros, além dos povos locais, num fluxo e contra fluxo de atividades comerciais cujos operadores tinham habilidades peculiares e que se opunham à presença das embarcações portuguesas em questão. Já para o interior do continente a situação era muito pior porque a geografia tornava praticamente inacessível a entrada dos ocidentais em busca de riquezas ou mesmo para fundear postos avançados que legitimassem as posses das terras para a Coroa. Nem mesmo a lenda da existência de minas de ouro extraordinárias agia como atrativo para que aventureiros adentrassem ao interior dessas terras. As doenças endêmicas, de curas ou mesmo tratamentos desconhecidos, os animais ferozes, as dificuldades com as travessias por conta da imensa quantidade de charcos, rios – alguns imensos como o Zambeze³ e seus afluentes, as vegetações intransponíveis e até mesmo as populações nativas ao longo dos caminhos, praticamente impediam que uma rota de trajeto fosse estabelecida pelos enviados da Coroa portuguesa. Havia o tráfico de escravos a se considerar; contudo, não era uma atividade-fim vantajosa nesse local e momento por ser extremamente onerosa já que os riscos de morte dos aprisionados era muito grande⁴. Até a metade do século XVII essa situação praticamente não se alterou ficando cada vez mais conveniente abastecer o mercado internacional pelo tráfico atlântico. Portanto, a captura de escravos não era o grande mote para a presença dos portugueses nas costas índicas nos inícios dos anos Quinhentos.

O estabelecimento de feitorias ou mesmo de edificações militares era

condição *sine qua non* para garantir e manter a posse das terras descobertas. Em 1500 Portugal possuía apenas um forte militar em Sofala, região do vale do Zambeze, que necessitava de - mas não tinha - oitenta homens para funcionar a contento. Onde conseguir um contingente que ocupasse essa terra sem atrativos e praticamente letal à sobrevivência de homens estrangeiros? Manter um exército ativo, ainda que representado por uma pequena tropa de menos de uma centena de homens, era quase uma missão impossível. Ainda que se atingisse esse inúmero, como conservá-lo sob

³ Zambeze significa: “caminhos de pedras”, o que dá uma idéia de como era difícil navegá-lo.

⁴ Antes da chegada dos portugueses nos anos Quinhentos os árabes obtinham escravos mais baratos por meio do tráfico nas regiões das atuais Etiópia e Somália. Chegar ao porto de Moçambique era oneroso, e Quíloa ou Mombaça eram distantes demais para as terras da Arábia, Pérsia e Índia. Mesmo para o Egito era melhor recorrer à Etiópia. COSTA E SILVA, 2002:667.

disciplina militar? Além do mais, os homens do forte de Sofala, bem como de outras fortificações e até mesmo os constantes nas embarcações, tinham que se adaptar à alimentação com produtos locais, já que os produtos dependiam das embarcações atracarem nos portos – e as monções decidiam momentos de chegar e partir, comprometendo assim a qualidade e integridade dos alimentos perecíveis. Junto com essa carga de alimentos, os navios despejavam mercadorias vindas da metrópole ou mesmo de outras partes da Europa, mas os alimentos duravam pouco⁵. Portanto, era muito difícil causar interesse em homens, ainda menos nos jovens e sadios para vir às terras da África oriental portuguesa. A situação não se alterou nos séculos seguintes aos Quinhentos, arrastando por séculos o problema da falta de um exército efetivo nas terras, fortificações e até mesmo nas feiras de comércio para garantir a segurança de quem nelas fosse comerciar.

Entretanto, se adesão espontânea não acontecia,

era preciso recorrer a outro artifício. O exército oficial da Coroa carecia de homens nas terras da África oriental portuguesa. Algumas idéias foram lançadas, dentre elas o engajamento à força como pena judicial, o que nos leva a pensar que não se tratava, então, de homens com sede de aventura ou que acreditavam no firme propósito de morrer pela pátria ou para atender causa colonial. Iriam como condenados pela Justiça. Além disso, os sentenciados, para se transformarem em parte da tropa militar deveriam permanecer na colônia pelo tempo de suas penas. Após cumpri-las podiam ficar ou seguir para outras terras. A experiência mostrou-se funesta com a morte de muitos dos enviados por conta das doenças locais ou durante a travessia. Outros que foram engajados dessa maneira acabaram desertando.

Um ponto a ser considerado é a existência de documentos que demonstram degredados chegando à África oriental portuguesa em meados dos anos Seiscentos, sendo

⁵ Além de terras insalubres, alimentos exóticos e ameaças constantes tanto por meio da fauna como dos habitantes locais, correndo perigos que o próprio ofício de soldado lhes conferia, a questão da alimentação foi um problema a ser enfrentado pela Coroa e os capitães das feitorias. Conseguir alimentos era uma empreitada das mais espinhosas. Dependiam dos muçulmanos do Zambeze para comprarem vinagre, coco e provisões. Dos africanos (Macua) vinha o comércio dos grãos. Dos muçulmanos do Quelimane podiam comprar arroz, milho, inhame e algum vegetal. NEWITT, 1997:39.

engajados, desertando e fugindo para o interior⁶. Depois de sobreviverem a todos os percalços dos mares, como então explicar os motivos que moviam esses homens a se recusarem a permanecer no corpo efetivo do exército português da colônia, sob um teto protetor representado pelo forte militar, com alguma garantia maior de sobrevivência, e partirem para o interior – ainda que próximo – do continente onde tudo lhe era exógeno, incluindo as populações locais com seus usos e costumes, além das ameaças de todos os obstáculos naturais? Pareciam muito mais fugas suicidas do que deserção. E há relatos de muitos desertores! É aqui que se inicia uma das pontas da sociedade senhorial da região do vale do Zambeze que vai se formando desde os inícios dos anos Seiscentos até atingir seu clímax nos finais dos Oitocentos e adentrando aos Novecentos quando então entra em processo de transformação e desmontagem.

Os efetivos portugueses para o exército de sua colônia da África oriental tornaram-se fonte constante de deserção, gerando uma sistemática de alimentação de treinadores militares para atender às chefias tradicionais do mesmo território. Explicando melhor: essas deserções não eram apenas homens fugindo para outras regiões. Pediam abrigos em aldeias onde podiam garantir suas subsistências oferecendo treinamentos militares e instruções de uso de armas de fogo e armas brancas. Aprenderam fragmentos das línguas nativas no trato diário que eram obrigados a fazer quando em atividades militares ou suprindo as tarefas de comércio que o forte necessitava. Essa guarida podia ser acrescida com casamento com uma das filhas ou sobrinhas do chefe tradicional, colocando então os ex-soldados portugueses no seio dessa população local. Seus filhos seriam mestiços, afro-portugueses e eles receberiam terras para se instalarem e lá montarem suas roças e estabelecerem suas escravarias que lhe serviriam para atendimento dos afazeres do dia-a-dia e como seguranças dos seus. Dentre as mulheres existiam as mestiças vindas de Goa ou filhas de goesas com africanos ou renóis, obtidas pelas razias ou oferecidas como pagamentos de dívidas ou

⁶ Não se pode deixar de mencionar que ocorreram casos da vinda de homens denominados “lançados”, representados por aventureiros que buscavam ascensão social e alguma riqueza que lhes eram negadas em Lisboa por conta da ausência de *lastro aristocrático*. Engajados no exército entendiam que poderiam constituir famílias e ascender socialmente para fazer parte da comunidade reinol local. Um estudo interessante sobre a participação das mulheres no âmbito da sociedade colonial portuguesa desde os primórdios, nas terras da Coroa, é de ALMEIDA, 2009:65-86 e RODRIGUES, 2007:51-67.

tributos. Casadas com chefes ou subchefes tradicionais formavam extensas famílias que mantinham vínculos de parentesco com outras tantas vizinhas ou de lugares mais distantes. Em suma: todos se mestiçavam, criando redes de relacionamentos que iam desde as pontas do comércio à prestação de obediência a uma chefia maior como, por exemplo, o Monomotapa, de quem falarei adiante. As chefias tradicionais, porém, muitas vezes se indispunham com outras aldeias, fronteiriças ou encontradas em meio dos caminhos dos seus guerreiros, que então tomavam as mulheres, apresavam seus filhos e capturavam os homens que passavam a servir como escravos ou serem usados como moedas para obter-se armas de fogo ou mesmo tecidos, nos pontos de comércio. Note-se que esses homens que desertaram e que formavam novas famílias mestiças criavam um elo entre a sociedade tradicional africana e a administração colonial portuguesa, que mais tarde se tornaram opositoras e participantes de impérios rivais ainda que muitas vezes agissem lado a lado em combate a um inimigo ou interesses únicos. Contudo, o pior ficou com o corpo militar português na África oriental portuguesa que ao longo dos séculos nunca conseguiu suprir a demanda com homens vindos das galerias militares da metrópole ou de outras formações policiais. Houve tentativas de recrutamento junto aos indianos de Goa já que estariam mais aclimatados à região africana tendo em vista a proximidade com a Índia e também por terem adquirido experiências como soldados a serviço da Coroa em Goa. Os poucos que vieram e ficaram receberam o nome genérico de sipaios⁷, mais conhecidos como os ajudantes da polícia local. Os oficiais do exército, quase sempre em números menores que dez, eram seus comandantes nas batalhas e nas tarefas diárias junto ao forte.

As terras do Monomotapa e as sociedades locais:

ainda que o comércio externo de escravos africanos da África oriental portuguesa não fosse especialmente lucrativo, nem por isso as capturas de africanos para fins de escravização deixaram de acontecer. A entrada dos portugueses no continente africano na orla do Índico intensificou o comércio de escravos vindos do sertão, utilizados como empregados domésticos, para trabalhos nos portos, nas roças e plantações que circunvizinhavam esses mesmos lugares marítimos, além de servirem como

⁷ Optei pela grafia *sipaio* apesar de muitos pesquisadores utilizarem-se de *cipaios*. Explico por que: O termo vem do persa *sipahi* e significa soldado indígena disciplinado e fardado de forma quase européia e que estava na Índia e África portuguesa.

carregadores de mercadorias que seguiam da beira mar ao sertão e vice-versa. Essas caravanas de homens indo e vindo, portando mercadorias de alto valor, necessitavam de acompanhamento de guerreiros utilizados como seguranças.⁸ Quer vindas do sertão para a costa, ou vice-versa, todas passavam por terras e aldeias de diferentes etnias e chefias tradicionais, nem sempre pacíficas e que exigiam pagamentos de tributos pelo uso das passagens e comércio em suas terras.

Pegando como exemplo um dos maiores reinos existentes nesses tempos dos Quinhentos, tanto em tamanho como em poderio, com longevidade até os meados dos Oitocentos, tem-se o império do Monomotapa. Ocupando extensa área dentro da África oriental portuguesa ultrapassava os limites territoriais das terras conhecidas pelos exploradores ocidentais. Nomeado como o império dos *carangas*, possuía indivíduos tidos como exímios guerreiros que tomavam as terras por onde passavam, capturando as suas gentes e aumentando constantemente o contingente populacional desse império africano. Foi o que aconteceu com os *tongas* residentes em terras altas, os quais foram praticamente expulsos para áreas mais baixas, de endemias (da mosca tsé-tsé) e sujeitas a intempéries, o que os tornou extremamente fracos e carentes. Por conta disso acabaram se engajando como auxiliares das tropas do exército português da região, agindo como braços de reserva para combates, sem uniformes e com pouquíssimas armas. Levavam para perto de si suas mulheres e filhos, além dos ascendentes, todos eles sendo engajados como escravos domésticos.

Enquanto a Coroa sofria para aumentar o seu contingente de força e de defesa, na região do rio Zambeze, onde havia parte do império do Monomotapa, a situação não era de paz. Os *carangas* e os *maraves* entravam constantemente em conflitos visando fortalecer seus poderios aumentando as extensões de seus territórios. Nos inícios dos Setecentos esses confrontos se aceleraram quando da presença e intervenção dos portugueses, os quais trouxeram um avanço na tecnologia da guerra dado pelo uso de armas de fogo que superavam os instrumentos de ataque e defesa locais. Ao mesmo tempo as crises dentro do império do Monomotapa, pelo estabelecimento do novo líder, acentuavam o clima de disputas, cujas armas eram as zagaias, as lanças e os porretes,

⁸ Alguns autores consideravam que eram tidos como verdadeiros soldados. COSTA E SILVA, 2002:658.

armas mortais, mas frágeis frente a uma de fogo. Um grupo reduzido de homens, se estivesse equipado com as armas dos europeus, poderia garantir a integridade de uma propriedade. O Monomotapa rapidamente se deu conta dessa situação e passou a oferecer vantagens e salamaleques aos emissários da Coroa portuguesa. Nos anos finais dos Quinhentos encontrava-se nas imediações das terras do império africano um comerciante de Tete, mestiço de europeu com indiano e de nome Diogo Simões Madeira, especialista em capturar e tornar escravos em guerreiros. Os *carangas* encontravam-se em desarmonia interna e tinham que conviver com os constantes ataques dos *tongas*, os quais tinham estreitos relacionamentos com Diogo Madeira. Mesmo assim, foi esse mestiço luso-indiano quem atendeu aos pedidos de socorro do Monomotapa Gatsi Rusere, juntando seus homens guerreiros contra os inimigos do líder *caranga* e que queriam seu trono. Vitorioso, Diogo recebeu as minas de ouro, prata e cobre constantes nas terras que recebeu como pagamento e que repassou para a Coroa ibérica, já que Portugal e Espanha estavam sob o reinado com Felipe II de Portugal. Contudo, antevendo que os portugueses, notadamente aqueles que tinham livre acesso à Coroa portuguesa, deveriam ser úteis num futuro muito próximo, Gatsi Rusere enviou para ela dois filhos seus para serem educados e tornados cristãos. E em pouco tempo, cerca de dois anos, essa previsão de ataque se fez verdade com os *tongas* tomando de assalto os guerreiros *carangas*. Voltou Diogo Madeira a socorrer o Monomotapa que foi recuperando terras perdidas, tornando prisioneiros os vencidos, aumentando o número de seus vassallos, ao mesmo tempo em que introduzia os representantes da Coroa portuguesa para dentro das fortalezas do seu império, sem lhes tirarem as armas. Desta vez seus presentes incluíram as terras ao redor de Tete e Sena; Diogo Madeira passou a fazer parte da corte do Monomotapa como um *chefe de Inhabanzo*. Posteriormente essas mesmas terras cedidas foram retomadas pelo Monomotapa alegando desentendimento com os homens de Portugal presentes nas feiras de Sena e Tete.

Cabe ressaltar que esses portugueses das feiras, que possuíam tropas de guerreiros nomeados como *escravos*, estavam distantes da Corte há tempos, longe da fiscalização da administração colonial e adquirindo cada vez mais uma autonomia que veio a se solidificar com o passar dos tempos. O aumento das suas reservas de riquezas e tropas guerreiras comprova esse enriquecimento pessoal que passava longe dos controles da

Coroa. Eram poucos homens, mas representavam quase todo o contingente lusitano na extensa área da África oriental portuguesa na sua parte mais ao sertão. Suas lutas fratricidas tornavam ambos os lados vulneráveis, fato esse aproveitado com êxito pelos guerreiros do Monomotapa. Muitas terras, com o que estivessem nelas, foram retomadas por esse império africano. Mesmo assim, durante todo o tempo de permanência, comércio e/ou passagem pelas terras dos *caranga*, a Coroa portuguesa, por meio do capitão-mor de Moçambique, tinha que pagar taxas e tributos ao Monomotapa. Nesse momento de maior conflito as taxas aumentavam e eram cobradas implacavelmente, redobrando a tensão entre os lados e ampliando a necessidade de proteção por parte dos representantes da Coroa. Um novo Monomotapa, de nome Muzura, cedeu quatro mil guerreiros aos portugueses para lutarem contra uma chefia tradicional local (Matuzianhe). Esse apoio tático foi se repetindo ao longo dos tempos e suprindo, de uma forma ou de outra, a ausência daquele necessário contingente de oficiais do exército português na área. Contudo, em tempos adiante, esse mesmo império se voltou contra os portugueses atacando terras, feiras e pequenas povoações. A única fuga possível era para as fortificações militares portuguesas. Os poucos oficiais do exército tentavam formar um contingente de guerreiros que mediante algum tipo de pagamento - com tecidos, por exemplo - aceitassem lutar. Outros poucos sertanejos se uniram com seus guerreiros e juntos conseguiram reter os homens do Monomotapa, destronar Muzura e colocar em seu lugar um dos filhos do Gatsi, o Mavura. Na terceira década dos Seiscentos novo acordo foi firmado entre o Monomotapa e os portugueses e as liberdades anteriores foram resgatas e ampliadas. Contudo, a experiência e comprovação de um exército feito com guerreiros nativos – *achicunda* - ou mesmo mestiços já estava sedimentada para seguir aos séculos seguintes.

E o que dizer dos poucos colonos que estavam lutando e vivendo nessas terras?

Como estavam esses portugueses? Facilitados pelos acordos fechados com os chefes do império do Monomotapa, muitos já estavam africanizados, incorporando os usos e costumes locais como seus, vestindo trajes totalmente diferentes dos europeus e se alimentando da culinária local como se sua fosse desde sempre. Como poderiam preservar e conservar seus costumes metropolitanos se faltava elementos que mantivessem acesos os seus antigos modos de viver? Outros tantos se flexibilizaram

adaptando parte de cada uma das culturas e valiam-se de permeações que lhes facilitavam viver e prosperar nesses locais. Contudo, quase todos se casavam com as filhas dos chefes locais ou suas parentes próximas e constituíam as suas próprias famílias mestiças. E a questão das terras persistia porque pela ótica ocidental Portugal era o legítimo dono dessas terras. Porém, ainda havia um incômodo a ser sanado que era o de legitimar localmente a posse do território, que estava mal ocupado por alguns representantes comerciais, aventureiros e religiosos portugueses em pequenas edificações precárias. Era preciso cravar a bandeira de Portugal no solo. A pressão dos ataques constantes pelas chefias locais aos sertanejos apressou a opção pela adaptação da distribuição das terras pelo emprazamento.

Terras emprazadas por três vidas que voltariam à Coroa após a extinção da última pareceu ser a melhor alternativa. Mesmo assim, não fez o sucesso que se esperava. A princípio essas terras seriam dadas para mulheres portuguesas viúvas, solteiras ou órfãs que aceitassem se casar com reinóis de alguma parte das terras de Portugal e constituir família nas terras da África oriental portuguesa. A Coroa tinha sob sua proteção e expensas as mulheres sozinhas que não tinham fontes de rendas que permitissem suas sobrevivências. Se elas abundavam nas terras metropolitanas, o mesmo não acontecia nas coloniais porque havia uma proibição (e até mesmo uma série de superstições e lendas) de mulheres nos navios. Os oficiais de exército, os comerciantes ocasionais ou efetivos, os exploradores ou outros homens que decidissem viver – ainda que temporariamente – nas terras coloniais não levavam suas esposas, filhas ou mulheres aparentadas ou não. Isso limitava ainda mais a presença feminina nesses lugares. Com a saída aos mares de contingentes enormes de homens e devido aos muitos acidentes nos percursos ou ao final deles, o número de viúvas e órfãs em Portugal só aumentava. O emprazamento das terras como dote poderia atrair casamentos e, dessa forma, deixar de onerar o tesouro da Coroa.

A dotação ficou estabelecida e as terras foram distribuídas, mas pela falta de interesse⁹, já que muitas mulheres sequer assumiram a posse das mesmas, essa dotação passou a

⁹ Entretanto, não se pode ignorar que junto com a outorga das terras emprazadas vinha um calhamaço de deveres e despesas: administração das terras, manutenção de estradas (que deviam ser mantidas desimpedidas), fornecimento de soldados, de barqueiros, de carregadores e de outras formas de

ser possível para homens que se casassem e fossem morar nelas. Assim, muitos deles acabaram casando-se com mulheres vindas de Goa, luso-indianas e com elas constituíram famílias. Suas filhas, mestiças, acabavam se casando com outros mestiços de situações similares, incluindo aí as linhagens mais altas das chefias tradicionais africanas. E a terceira geração – e vida do prazo – era praticamente mestiça e integrada a uma sociedade local e que acabou se tornando característica da região da Zambézia, no Quelimane, e que recebeu o nome de *sociedade mozungo*, composta pelos seus *prazeiros*, suas *donas* e os *achicunda*.

Os achicunda e a sociedade mozungo

Se nos primórdios o tráfico de escravos não era o mote de ganhos para os comerciantes da África oriental portuguesa o mesmo não se pode dizer quando nos meados do XIX esse comércio tomou um vulto considerável, ao mesmo tempo em que os prazos da Coroa estavam estabelecidos. Porém, em todos os tempos, entrar no vale do Zambeze era temerário e as incursões por terras tidas como impossíveis por homens exógenos ao local. Alguns colonos reuniam grupos de escravos seus que serviam de guias e intérpretes para os comerciantes, viajantes, missionários ou qualquer outro que ousasse entrar nas entranhas do continente. Serviam também como guias de locais de caça, seguranças e intermediários entre as populações sediadas na rota percorrida pelos “de fora” fazendo a interpretação das línguas, atendendo a algumas exigências de comportamentos (usos e costumes, permissão de caça e pesca, tributos, etc.), apresentando produtos a serem vendidos e intermediando a compra de outros tantos, além de mostrarem-se como agentes facilitadores dos acordos pelos pagamentos dos pedágios. Tanto na ida quanto na volta. Sem esses intermediários da região não seria possível adquirir o tão cobiçado marfim que era trocado por produtos vindos do exterior

atendimento às necessidades da Coroa, além do pagamento de tributos e das quotas-partes vindas das despesas de manutenção das fortalezas e dos outros edifícios públicos. Por último, cabia aos prazeiros a sustentação da atividade agrícola que a Coroa houvesse por bem ter nessas terras. O maior ganho desses senhores concentrou-se no tráfico de escravos, comércio (com contrabandos constantes) de marfim e ouro, além de participação nas razias vindas pelos ataques de seus *achicunda*. O sistema de emprazamento de terras na África oriental portuguesa tem muitos estudos, porém, cito aqueles considerados como sendo os de referência: PAPAGNO, Giuseppe. *Colonialismo e feudalismo*. – A questão dos prazos da Coroa em Moçambique dos finais do século XIX. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980; LOBATO, Alexandre. *Colonização senhorial na Zambézia*, A. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

do continente, como a seda da China ou os tecidos da Índia, além das armas de fogo, objeto de preferência dos chefes e dos povos locais. Essas caravanas tinham um líder que recebia a nomeação de *mussambadzi*. Os caçadores e homens armados que garantiam a segurança e que quando incitados iam aos ataques nas buscas por escravos eram os *achicunda*.

No retorno dessa comitiva os guerreiros readquiriam o status de segurança a serviço do senhor dos prazos e a mando dele podiam servir a outros senhores, bem como participar de embates travados pela administração colonial contra povoações locais ou mesmo outros grupos recalcitrantes. Mantinham-se a serviços do *mozungo*, mas eram liderados por suas chefias tradicionais, que agiam como amortecedores humanos das relações entre os dois lados: guerreiros/colonos de um lado e *família mozungo* do outro. Os *achicunda* não pagavam os mesmos tributos que os demais habitantes do prazo – escravos ou colonos – pagavam. Agiam como cobradores de impostos sobre os colonos, participavam de empresas de ataques frente a outros povos ou prazos e tinham direito aos frutos das razias. Também usufruíam de algum tipo de conforto em suas moradias que estavam, quase sempre, localizadas nas terras emprazadas ao redor da *aringa*, que era uma construção fortificada e rodeada com paliçadas formando verdadeiras fortalezas com armamentos de grande poder. Tinham seus próprios escravos que trabalhavam em suas roças e em todos os demais serviços. Suas mulheres e filhos ficavam próximos a eles. Contudo, em tempos de paz, podiam ser arregimentados para trabalhos de mineração ou mesmo para atender as tarefas da administração colonial como abertura e construção de estradas, sempre sob as ordens de suas chefias tradicionais.

Nem todo *chicunda* tinha sido capturado como escravo ou mesmo cooptado pelas suas chefias tradicionais para servirem a um senhor de terras emprazadas. Também havia o fator de chegada e acobertamento de escravos fugidos de outros senhores e que se instalavam numa determinada terra emprazada, bem como das populações nativas expulsas de suas terras por seus inimigos. Os mais aptos desses homens eram agregados às tropas de guerreiros. Os menos aptos entravam para a escravaria. Essas situações – fuga e acobertamento - acabavam sendo da alçada da administração colonial que devia

então defender o senhor do prazo de onde os escravos escapuliram e fazer a justiça em cima daquele que os acobertavam.

Considerando-se que neste meio territorial existiam chefias tradicionais que cresceram e viveram dentro de terras emprazadas, já que essa dotação ultrapassou quase que três séculos, abraçando gerações inteiras que foram casando-se com herdeiras afro-goesas em segunda ou terceira vida, vindas de outras chefias tradicionais, acabaram por ocasionar a estruturação de uma sociedade mestiça onde os laços de parentesco se entrelaçavam de tal forma que dificilmente não se encontrava membros de uma mesma família nos centros de outras. Nos finais do século XIX a ocupação da margem direita do rio Zambeze se mostrava coalhada de *aringas* com contingente de *achicunda* armados, em grande parte, com armas de fogo. Também a administração colonial contava com homens mestiços vindos desses mesmos lugares e que conseguiram alcançar certo degrau na escala profissional, e por estarem agindo dentro da burocracia da Coroa passavam a ter algum tipo de poder de mando, em cargos de relativa confiança, que facilitarem a ação dos *mozungos* em suas atividades, muitas vezes em detrimento dos interesses da Coroa. Afinal, quase todos eram parentes!

O Quelimane mostrou-se um território de homens e mulheres mestiços,

com uma vida social muito característica pelos usos e costumes vindos de africanos, indianos, portugueses e outros que por ventura lá se estabelecessem e tivessem condições de interferir na vida cotidiana dessa sociedade. Presentes missionários, exploradores, comerciantes europeus, foragidos, degredados, aventureiros, colonos, populações nativas e homens buscando uma ascensão social que outros lugares lhes negaram. Muitas das terras emprazadas ficaram abandonadas até serem ocupadas por interessados, na maioria das vezes os vizinhos fronteiriços, em aumentar seus limites, ao ponto de alguns prazos ter delimitações maiores que alguns países da Europa. Outro ponto a ser considerado e que destoava sobremaneira das expectativas da Coroa e sua administração diz respeito às *donas*, dessa sociedade. Muitas delas, ao contrário da submissa mulher portuguesa – e a européia, de uma forma geral – detinha o poder de mando efetivo e o controle da família *mozungo*. Vindas de Goa ou descendentes de goeses com africanas, muitas delas ficaram conhecidas pelas atuações que tiveram no

vale do Zambeze como foi o caso de D. Francisca de Moura e Meneses, intitulada como *Chiponda*¹⁰, *a senhora que tudo pisa com seus pés*, uma famosa mestiça que nos meados do XVIII comandava pessoalmente seus escravos na exploração de minas de ouro de Michonga, bem como era a voz de gerência do seu exército de *achicunda*. Foi com ela que Francisco de Lacerda e Almeida, explorador português, conseguiu carregadores e intérpretes para que pudesse proceder suas pesquisas e travessias pela África. Consta que dentro de sua casa, D. Francisca possuía cinquenta escravos para seus serviços domésticos. Sabe-se que a quantidade de escravos de uma *família mozungo* determinava o seu status de riqueza e de poder dentro da sociedade senhorial.

Contudo, mesmo as mais afamadas *donas*, as mulheres pouco saíam em combates no corpo a corpo e viviam mais das conversas ao pé de ouvido de outras *donas* com quem armavam e desarmavam interesses, ainda que de cunho político¹¹. Os homens, esses saíam com seus guerreiros e é por isso que acabavam – muitos deles – encontrando a morte mais rapidamente, explicando o grande número de donas-viúvas e os constantes casamentos.

Na África Oriental Portuguesa, a sociedade *mozungo*, os *achicunda* e a Coroa: um triângulo forte com equilíbrio tênue.

Por fim, a sociedade senhorial do vale do Zambeze que veio se formando desde o XVII até os finais do XIX era formada de elementos que se opunham ao mesmo tempo em que se mantinham equilibrados numa rede de tramas tênues e esgarçadas, ainda que firmes por conta de jogos de interesses e barganhas de todos os lados. Como os prazos da Coroa levaram a criação de uma sociedade mestiça, com elementos de Goa, da África, de Portugal e até mesmo de outras terras coloniais portuguesas, também tinha “mãos e/ou pés” das populações locais, criando uma rede de relacionamentos e de aparentados: a *sociedade mozungo*. O passar dos tempos e a firmação desse tipo de mescla apenas aumentou a interatividade. Para manter as terras e os poderes houve necessidade de se montar um corpo militar efetivo, o que nunca foi efetivamente conseguido. O que se gerou foram tropas de *achicunda*, que deveriam garantir as terras

¹⁰ Um estudo completo sobre esta *dona* foi feito por RODRIGUES, 2007.

¹¹ Vide SORENSEN, 1998.

para a Coroa e salvaguardar os interesses dela. Contudo, elas atuaram como corpo armado atendendo os interesses dos *mozungos*, ao mesmo tempo em que agiram em proveitos próprios. Ao longo dos séculos o que se viu foi a movimentação dos vértices de um triângulo: mozungo: achicunda: Coroa, em rotações hora complementares e hora antagônicas.¹²

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Suely C.C. (org.) *História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre as margens do XVI ao XXI*. Recife:EdUFPE, 2009.
- CAPELA, José. *A república militar de Maganja da Costa*. (1862-1898), Maputo:Arquivo Histórico de Moçambique/NEUEM, 1988.
- _____. *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto:Afrontamento, 1993.
- _____. *Donas, senhores e escravos*. Porto:Afrontamento, 1995.
- _____. “Como as aringas de Moçambique transformaram-se em Quilombos” in *Revista Tempo*, n.20. dez/2005. Maputo:Tipografica. PP. 72:97.
- COUTINHO, João de Azevedo. *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa:Livraria Bertrand, 1941.
- COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo:Companhia das Letras, 2006.
- DIAS, Margot. *Os maganja da costa*. Contribuição para o estudo dos sistemas de parentesco dos povos de Moçambique. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.
- ENES, António. *Moçambique*. Relatório apresentado ao governo. Lisboa:Agência Geral das Colônias, 1ª Ed. 1893. 2v.
- ISAACMAN, Allen. *The origin, formation in early history of the Chikunda*, J.Afr.Hist. London, 13(2), 1972.
- _____. *A tradição de resistência em Moçambique*. O vale do Zambeze, 1850-1921. Porto:Afrontamento, 1979.
- LOBATO, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia*. Lisboa:Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- NEWITT. M. *História de Moçambique*, Mira-Sintra:Europa-América, 1997.

¹² Como foi o caso do corpo de *achicunda* de Maganja da Costa nos finais do XIX que se opôs as famílias mozungo locais e a Coroa, sendo derrotados pelo capitão do exército português, João de Azevedo Coutinho. CAPELA, 1995.

_____. “The portuguese on the Zambezi: an historical interpretation of the prazo system. In *Journal of African History*, X, 1 (1969) PP:67:85, J.Stor.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique – Formação e oposição, 1854-1918*, Lisboa:Estampa, 1988/1994, 2.v.

RODRIGUES, Maria Eugénia. “As donas de prazos do Zambeze.Políticas imperiais e estratégias locais” in *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos quatro ventos/Cedop. 2006, PP. 15:34.

_____. “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas na naturalização do exército português em Moçambique do século XVIII” in *História – Questões e Debates*, Curitiba: Editora UFPR, ano 24, número 45, jul-dez, 2006.

_____. “Chiponda, a ‘senhora que tudo pisa com seus pés’” Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII. Salvador:UFBA, 2007. Mimeo.

_____. *Portugueses e africanos nos Rios de Sena*. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002, tese de doutorado. Mimeo.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo – A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

_____. *A enxada e a lança*. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª Ed. revista e ampliada, 2006.

SORENSEN, Maria. *Dona Theodora e os seus mozungos*. Maputo:Sociedade Editorial Ndjira, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro*. Colonialismo & racismo em Moçambique. Salvador:EdUFBA, 2007.